

VALÉRIA DE CÁSSIA SILVA

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO:
O CAMINHO DA APRENDIZAGEM**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO - 2007**

VALÉRIA DE CÁSSIA SILVA

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO:
O CAMINHO DA APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a aprovação na Habilitação de Administração Escolar do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da **Profa. Ms. Ana Maria Di Grado Hessel** e co-orientação da **Profa. Dra. Helena Machado de Paula Albuquerque**.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO - 2007**

Autora: Valéria de Cássia Silva

Título: Inclusão e Educação: O Caminho da Aprendizagem

Comissão Examinadora

.....

.....

.....

São Paulo, 27 de novembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à todos que estiveram ao meu lado, me encorajando a seguir em frente para construir mais esta etapa.

À minha filha Brenda por ter dado um novo sentido a minha vida. Ao querido Hudson que me proporcionou chegar até aqui.

Aos meus pais Argemiro e Maria Luiza, por tudo que fizeram por mim.

À Profa. Ana Maria Di Grado Hessel e especialmente à co-orientadora Profa. Dra. Helena de Paula Machado Albuquerque pela amizade, incentivo e relevante contribuição à minha pesquisa.

As colegas e amigas da PUC e a todos que de alguma maneira contribuíram de forma direta ou indireta na realização deste trabalho.

PRECISA-SE DE UM AMIGO

Vinicius de Moraes

Não precisa ser homem, basta ser humano, basta ter sentimento, basta ter coração. Precisa saber falar e calar, sobretudo saber ouvir. Tem que gostar de poesia, de madrugada, de pássaro, de sol, da lua, do canto dos ventos e das canções da brisa. Deve ter amor, um grande amor por alguém, ou então sentir falta de não ter esse amor. Deve amar o próximo e respeitar a dor que os passantes levam consigo. Não é preciso que seja se primeira mão, nem é imprescindível que seja de segunda mão. Pode já ter sido enganado, pois todos os amigos são enganados. Não é preciso que seja puro, nem que seja de todo impuro, mas não deve ser vulgar. Deve ter um ideal e medo de perdê-lo e, no caso de assim não ser, deve sentir o grande vácuo que isso deixa. Tem que ter ressonâncias humanas, seu principal objetivo deve ser o de amigo. Deve sentir pena das pessoas tristes e compreender o imenso vazio dos solitários. Deve gostar de crianças e lastimar as que não puderam nascer. Precisa-se de um amigo para não se enlouquecer, para contar o que se viu de belo e triste durante o dia, dos anseios e das realizações, dos sonhos e da realidade. Deve gostar de ruas desertas, de poças de água e de caminhos molhados, de beira de estrada, de mato depois da chuva, de se deitar no capim.

Precisa-se de um amigo que diga que vale a pena viver, não porque a vida é bela, mas porque já se tem um amigo. Precisa-se de um amigo para se parar de chorar. Para não se viver debruçado no passado em busca de memórias perdidas. Que nos bata nos ombros sorrindo ou chorando, mas que nos chame de amigo, para ter-se a consciência de que ainda se vive.

RESUMO DO TRABALHO

Este estudo pretende aprofundar a análise sobre como é possível um professor ter sucesso acolhendo a diversidade, mediante todas as dificuldades físicas e organizacionais das escolas e propor intervenções que viabilizem a busca de novos caminhos para o trabalho com alunos com alguma deficiência, visando à aprendizagem e a quebra dos paradigmas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, como forma de fundamentar a análise e também uma pesquisa de campo, sob a forma de questionário com questões abertas e fechadas, para que se verificassem os pontos de vista dos professores e coordenadores envolvidos diretamente no processo de inclusão. Este levantamento deu sustentação para a elaboração de uma assessoria educacional. A Valery's Assessoria Educacional disponibiliza um curso de capacitação para professores envolvidos no processo de inclusão escolar. Partindo-se do pressuposto que os professores encontram muitas dificuldades para trabalhar com alunos com alguma deficiência, pois os procedimentos são lentos e inexpressivos. Constatou-se que para obter melhores resultados é preciso ir além das estruturas organizacionais e físicas da escola para desenvolver um trabalho eficaz. Concluiu-se que o professor precisa ter condições de entender e compreender de forma ampla o processo inclusivo e a partir disso formular novas estratégias para sua prática em sala.

Palavras-chave: diversidade, deficiência, inclusão, intervenções, estratégias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – Caminhando para a aprendizagem	
1. Concepção de Sociedade, Homem, Educação.....	15
2. Concepção de Gestão Escolar.....	18
3. Delimitação do Problema.....	22
4. Objetivos.....	23
5. Hipótese.....	24
6. Procedimentos Metodológicos.....	25
PARTE II – O significado da inclusão	
7.1. O significado da inclusão.....	26
7.2. Sobre família e parcerias.....	27
7.3. Papel do professor.....	29
7.4. Uma questão legal.....	31
7.5. Gestão e estrutura escolar.....	35
7.6. O começo de tudo.....	40
7.7. Educação inclusiva.....	42
7.8. Realidade na prática.....	45
PARTE III – Pesquisa de Campo	
8.1. Introdução.....	48
8.2. Análise dos dados do questionário.....	49
8.2.1. Relatório Diagnóstico.....	54
PARTE IV – Implementação do Projeto de Assessoria	
9.1. Introdução.....	55
9.2. Exigências Burocráticas	56
9.2.1. Contrato Social.....	57
9.3. Orçamentos	65

9.4. Localização.....	67
9.5. Caracterização da Assessoria	68
9.6. Curso de Capacitação... ..	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	74
Cronograma	
Pert	
Questionários	
Planta Baixa	
Formulários para atender as exigências burocráticas	

INTRODUÇÃO

*“O aluno aprende muito mais quando lhe é permitido um aprendizado no qual possa utilizar-se das suas experiências.”
(Paulo Freire)*

*... ao chegar à escola L. subi as escadas laterais da escola, estava em uma instituição desconhecida, indo à busca de um objetivo concreto de observar o trabalho dos professores com a diversidade em classes regulares. Ao me apresentar como estudante do curso Pedagogia da PUC, fui informada que naquele período tinham um aluno com autismo, assim fui à busca de sua sala. Não foi difícil encontrá-lo, sua sala estava naquele horário fazendo educação física na quadra da escola, um local um pouco devastado pelo tempo e pelo mau trato, fui recebida pelo professor de Educação Física e pela professora da sala. Ao me apresentar e expor minha vontade de conhecer seu trabalho das crianças com deficiências, a professora apontou um aluno com autismo, explicou que seu comportamento não era nada fácil, visto que o menino tinha 16 anos e não conseguia escrever seu nome, visto também que recebia atendimento em uma instituição especializada, e que sua permanência na escola ajudava aos outros alunos na socialização e no companheirismo, e com isso aprendiam que o respeito ao próximo, mas não conseguia abstrair nenhum conteúdo, nem mesmo afetivo, pois vivia em seu próprio mundo. Para minha surpresa ele começou num gesto compulsivo a jogar as mochilas dos alunos que estavam na arquibancada da quadra no chão depois se sentou ficando parado no lugar balançando o corpo para trás e para frente, eram movimentos repetidos acompanhados de sons, onde não era possível distinguir as palavras. Com ele também um pequeno pedaço de papel que era balançado o tempo todo, depois se levantou e começou a pular em volta da quadra como se não existisse ninguém naquele local e ele ainda continuava pulando, pulando e pulando com seu pedaço de papel, não havia motivo, nem horário para que a agitação acabasse. Na aula de educação física, ele nem percebeu que tinham bolas, ou rede de vôlei, nem conseguia seguir a bola com os olhos, quando se acalmou ficou jogando o corpo para frente e para trás, com seu incansável pedaço de papel.
(anotações Valéria)*

Foi nessa escola que ao iniciar um estagio percebi concretamente a dificuldade de trabalhar com a diversidade, junto a alunos denominados “normais”, foi

muito doloroso ver na prática uma criança teóricamente com possibilidades de aprendizagem, não conseguir pegar um lápis.

Dentre tantos outros cursos optei pelo curso de Pedagogia, por acreditar que só pela educação podemos transformar a nossa realidade, repleta de diferenças e preconceitos.

Já no primeiro ano de faculdade me deparei com um colega especial, um deficiente auditivo, que me chamou bastante atenção, pois ele dividiu com nossa classe suas dificuldades, suas alegrias, mas principalmente sua capacidade de aprender, sua garra em acompanhar o grupo e sua força de vontade para buscar sempre mais conhecimentos. Esse caso em especial me fez abrir os olhos para outras deficiências e foi no ano seguinte que fiz meu primeiro projeto de pesquisa tendo como tema a alfabetização de deficientes visuais.

Minha vontade de compreender melhor essa questão não cessou e agora no quarto ano, compreender um pouco mais sobre outras deficiências se torna um grande desafio.

Desde meu ingresso na faculdade de Educação minha grande questão foi como trabalhar crianças com necessidades especiais juntamente com as demais crianças, já que minha experiência nessa área se restringe a estágios. Até então não tinha entrado em uma sala com uma criança deficiente. Isso sempre me inquietou durante toda minha formação, esse tema não foi tratado com muita profundidade.

A discussão sobre se seria melhor uma criança com deficiência ter um acompanhamento em uma instituição especializada ou ir para uma escola regular já não tem muito sentido, pois a Constituição Federal, Título VIII, da Ordem Social, art. 208, garante que crianças especiais sejam matriculadas preferencialmente na rede regular de ensino.

Essa lei possibilitou a inserção e permanência de alunos com deficiência em sala comum. Causando grandes questionamentos entre pais e educadores, pois as escolas regulares até hoje não estão preparadas para atender essa demanda de alunos. Apesar das dificuldades a inclusão está ocorrendo no país.

Sabemos que a inclusão é muito discutida e mesmo assim temos poucos resultados positivos pela falta de professores especializados e também pelo preconceito que permeia essa questão tão delicada e com opiniões tão divergentes. É de fundamental importância para os educadores possam realizar a inclusão nas escolas e na sociedade, já que este processo é tão almejado por todos que sonham com uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra questão bastante divergente esta relacionada ao uso do termo correto ao se referir a diversidade. Em entrevista sobre a Campanha da Fraternidade 2006, o secretário geral da CNBB, Dom Odilo P. Scherer, fala sobre o termo para referir as pessoas com deficiência, pois no Brasil a lista de nomes usados ao longo da história é grande. Muitas vezes, as expressões denotavam preconceito contra essas pessoas, desprezo e mesmo exclusão. Hoje as diversas organizações das pessoas com deficiência preferem essa denominação: Pessoa com deficiência; pode-se explicitar a deficiência: Pessoa com deficiência visual, mental, motora... Nesta maneira de denominar, valorizam-se mais a pessoa, que não deve ser reduzida à sua deficiência. E também não se quer esconder o fato da deficiência, pois a pessoa não pode ser acolhida e tratada com justiça, sem levar a sério a sua condição.

Aprender com a diversidade trará benefícios aos alunos, como por exemplo, se na sala tiver um aluno cadeirante, os colegas que podem andar irão aprender a solidariedade, o companheirismo, pois necessitamos de uma sociedade mais justa e equilibrada dentro da diversidade da vida humana. A escola real é aquela que trabalhamos hoje, dificilmente é possível classificar uma criança, e determinar se ela esta incluída ou não, pois a diferença é muito subjetiva.

Há muitas dúvidas em relação à diversidade, porque os professores não estão preparados para trabalhar com essa dimensão da educação, o professor de maneira geral está se questionando sobre a melhor maneira de dar aula, no entanto suas aulas que antes davam certo e os alunos ouviam e aprendiam, porque tinham um modelo a seguir, hoje isso não é mais possível, agora cada professor segue concepções diferentes, os alunos mudaram, são mais falantes e não prestam atenção na aula, o professor é convocado a atuar sem um modelo prévio, e ao lado disso, há criança deficiente que também precisa de atenção, de orientação e de muita paciência.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº. 02/2001, no art.6º I, II, III, está previsto que a escola deve receber todos os alunos, mediante uma avaliação e um diagnóstico necessário para garantir o processo de ensino aprendizagem de cada aluno, bem como encaminhá-lo para outra instituição caso a escola não esteja preparada para recebê-lo.

A classe e a escola têm um papel importantíssimo, pois as crianças portadoras de necessidades especiais junto com outras ditas normais desenvolvem a sociabilidade. Não são todas as crianças com alguma deficiência se encontram nas escolas ou em instituições especializadas, ainda existem muitos preconceitos, por parte da família e da própria sociedade em relação à diversidade. Por isso segundo Adamuz (2000) é necessário “um trabalho de conscientização e aceitação desses alunos não só no ambiente escolar, mas também no social e no meio familiar.” (ADAMUZ, 2000, p. 92).

Aos poucos essas crianças surgem nas salas de aula, e nos perguntamos: *O que fazer com elas?* A essa pergunta não se tem uma resposta clara e nem precisa, há muita literatura que trata sobre esse tema, mas não temos uma resposta definitiva. Nesta pesquisa não procuro uma receita, um modelo de como trabalhar com a diversidade e sim desencadear uma mudança de pensamento e fazer uma reflexão de que a educação inclusiva é possível.

A educação inclusiva só vai se tornar sólida quando a base de tudo for a ética, a honestidade, a confiança, o respeito mútuo, a autenticidade, a tolerância, o amor, a cooperação, firmeza, as obrigações, os limites, a flexibilidade, os direitos e deveres, e a persistência caminharem juntos. A reflexão sobre a inclusão é imprescindível para propiciar uma formação condizente aos anseios destas crianças que apresentam necessidades especiais.

Este estudo consiste em aprofundar a análise sobre como um educador sem formação específica na área de educação especial percebe a inclusão de crianças com necessidades especiais, mediante todas as dificuldades físicas e organizacionais das escolas.

Os educadores sentem dificuldades para a operacionalização da inclusão e competência profissional para efetivá-la, refletir sobre o problema, obter um conhecimento mais aprofundado pode ser uma contribuição para concretizar a Constituição Federal, Título VIII, da Ordem Social: Artigo 208, “o atendimento educacional especializado aos portadores, deverá ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino”.

Tendo como objetivo conhecer a prática dos professores do ensino fundamental de uma escola estadual e duas municipais da rede de ensino da cidade de São Paulo que acolhem a diversidade na sala de aula. Analisei como os professores encaram o trabalho com a diversidade, que procedimento os professores utilizam para propiciar a aprendizagem, qual formação profissional desses educadores, como esses professores mantêm-se atualizados nas práticas de ensino inclusivo e quais são as maiores dificuldades de se trabalhar com a diversidade.

Para viabilizar este trabalho foi realizada uma pesquisa sob forma de questionário contendo questões abertas e fechadas, foram coletados cinco questionários para verificação dos pontos de vista de coordenadores e professores que trabalhavam diretamente com alunos deficientes em salas especiais e em salas

regulares, em duas instituições da rede de ensino municipal e uma instituição da rede de ensino estadual da cidade de São Paulo.

Neste sentido proponho elaborar uma assessoria para educadores da rede de ensino, direcionada para aquisição de conhecimentos e competências que contribuem para viabilizar a inclusão, com vistas à busca de novos caminhos para o trabalho com a diversidade, de forma a garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Como também propiciar uma formação de cidadãos críticos, participativos e agentes de transformação da nossa realidade, buscando conduzir os participantes a aprofundar o estudo e a reflexão sobre a inclusão escolar.

A fundamentação teórica deste trabalho foi baseada nos seguintes autores, Helena Machado de Paula Albuquerque (2007), Susan Stainback (1999), Magali Bussad Picchi (2002), Regina Célia Adamuz (2000), José Geraldo Silvério Bueno (2004), Bernardo Kliksberg (1997), dentre outros cujos livros estão indicados na bibliografia.

Este trabalho não tem a intenção de encerrar a discussão a respeito da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, mas de fornecer informações para que cada vez mais se possa discutir e buscar soluções e alternativas para que os alunos com deficiência sejam de fato cidadãos participativos e ativos dentro da sociedade. Veremos no decorrer dos próximos capítulos as concepções de sociedade, homem, educação e gestão escolar e posteriormente o desenvolvimento da fundamentação teórica, bem como o projeto de implantação de uma assessoria pedagógica que visa traçar metas para melhorar a prática do professor em sala de aula.

PARTE I

A TRILHA DO SABER

1. CONCEPÇÕES: Sociedade, Homem e Educação

*“Nenhum vento sopra a favor de quem
não sabe para onde ir”.*

(Sêneca)

Vivemos em uma sociedade contemporânea, cada vez mais autoritária e excludente. Aumento dos riscos e da incerteza, do esgotamento físico e intelectual, bem como no aspecto pessoal e profissional, o afastamento do indivíduo da comunidade. Uma sociedade que vivemos no meio de milhões de pessoas e somos sozinhos, andamos pelas ruas lotadas e nos sentimos totalmente indefesos, a perda da sociabilidade, perda da compreensão, do apoio, onde quem tem conhecimento tem mais oportunidades.

Em nossa sociedade poucos têm muito, e muitos têm pouco, somos taxados pelo que temos e não pelo que somos, onde quanto mais ganhamos mais gastamos e queremos sempre mais, o que temos não é suficiente para estarmos verdadeiramente contentes, pois a mercadoria de hoje já estará ultrapassada amanhã.

O homem está cada vez mais moderno e globalizado. Antigamente os recursos tecnológicos eram limitados, hoje em dia o acesso a internet e aos bens materiais se tornaram muito mais facilitados.

O mundo atual nos traz grandes questionamentos sobre o futuro, e também constantes incertezas e inseguranças sobre o presente, e isso nos remete querer aprender sempre mais.

Antes a mulher era obrigada a se casar com o cônjuge escolhido pelo pai, tinham muitos filhos, depois a escolha passou a ser da própria mulher, mas a

estrutura familiar era sempre a mesma, o pai sempre trabalhava fora e a mãe cuidava dos filhos e da casa, com o passar dos anos a mulher também foi trabalhar fora e os filhos ficavam com as avós ou em creches. Hoje essa estrutura familiar já não é tão rígida, temos modelos muito diversificados, onde mães abandonam seus filhos, pai que nunca mais voltam para casa, casais do mesmo sexo que adotaram filhos, avós que assumem seus netos. Crianças que se tornando extremamente rebeldes e agressivas antes mesmo da adolescência. Juntamente com isso o conflito cada vez mais freqüente em casa e na escola.

Todo esse espelho da sociedade se reflete na escola. Antes a educação era restrita a poucos, hoje já temos escolas para todos, mas infelizmente nem todas oferecem qualidade de ensino. Como gestores e educadores devemos estar preparados para oferecer um ensino de qualidade, onde o aluno possa atuar diante do seu processo de ensino aprendizagem, no entanto esse processo só vai se concretizar a partir do momento que o aluno participar de forma dinâmica e continua diante o seu processo de aprendizagem.

De acordo com os PCNs o modelo educativo que vem orientando a maioria das práticas pedagógicas não atende mais as necessidades apresentadas pelo atual cenário sócio-político-econômico do país.

É preciso modificar nossa visão de homem e de mundo, para assim superar as relações de poder, de receber ordens de cima pra baixo, é preciso estabelecer uma relação dialógica, onde o diretor não é aquele que fica trancado em sua sala e todos morrem de medo dele, nem o professor é aquele que detém todo o conhecimento, pois a construção do conhecimento deve ser de forma crítica e reflexiva.

Para Paulo Freire “o ensino que permite o respeito à cultura do aluno, à valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão do mundo do educando é sem duvida um dos eixos fundamentais sobre os

quais deve se apoiar a prática pedagógica de professores e professoras.” (FREIRE, 1999, p. 82)

É preciso possibilitar ao aluno desafios para que eles possam se reconhecer nos problemas e ir em busca de uma resposta ou uma proposta de solução para assim obter melhores resultados. É preciso que o aluno compreenda a sua realidade para que possa agir de forma coerente para uma possível transformação da sua própria realidade.

O nosso país é muito diversificado, onde são agregadas muitas culturas, muitos valores distintos, povos de vários países, muitas pessoas com pensamentos diferentes, uma diversidade etno-cultural, por isso devemos nos fortalecer como uma nação e superar os preconceitos que ainda se mantêm nas entranhas de nossa cidadania. Respeitar e aceitar o diferente não é uma opção é um direito.

2. Concepção de Gestão Escolar

“Ser o que somos e vir a ser o que somos capazes de ser, é o único objetivo da vida.”

(Spinoza)

O termo administração pressupõe criar condições adequadas para o trabalho de um grupo de pessoas, planejando a realidade do ambiente.

A administração escolar deve priorizar os problemas da realidade, onde as diferentes concepções de educação criam condições para o bom funcionamento e integração do grupo de trabalho, prevalecendo o ambiente harmonioso e agradável. A administração escolar tem como meta o desenvolvimento das pessoas que estão envolvidas neste processo.

A administração escolar ocorre tanto para o sistema quanto para a unidade escolar, sendo que no sistema escolar, está relacionado com uma rede de escolas que se coordenam entre si, para o melhor atendimento de sua clientela. Podemos encontrar sistema local, sistema regional e sistema nacional, bem como instituições públicas e particulares. Já em nível de unidade, as instituições seguem as diretrizes, levam em conta a realidades onde está inserida a instituição.

A legislação deve ser seguida, pois está fundamentada na Constituição do país, estabelecendo participação e responsabilidade educacionais, no entanto a regularização é concedida através de uma legislação ordinária. No entanto as leis têm uma hierarquia partindo da federal, estadual e posteriormente municipal, onde uma não sobrepõe a outra. A LDB é uma lei federal que deve ser obedecida pelos estados e municípios.

O documento que representa a organização escolar é o regimento, onde as próprias escolas o elaboram sendo submetido à apreciação e a aprovação das autoridades. O princípio geral da administração tem um objetivo comum, liderança, amplitude, controle, coordenação, experimentação e elasticidade.

A escola deve contribuir para concretizar a transformação escolar e social, e para isso é preciso utilizar a racionalidade e objetivos e métodos, técnicas adequados para posicionar a escola no contexto global da sociedade. A gestão está relacionada a um fortalecimento da democratização do processo pedagógico, que corresponde a uma democratização na área pedagógica, onde há participação de todos.

A gestão educacional democrática e participativa se faz com a delegação de autoridade, seguindo princípios da autonomia. Na construção desta gestão é imprescindível a mudança de paradigma, baseado no princípio de que todos participem de forma crítica dentro deste processo.

Segundo Luck (1997), para efetivar essa gestão devem ocorrer alguns avanços, como deixar de existir uma ótica fragmentada para uma ótica globalizada, onde a responsabilidade não é de um indivíduo ou de um grupo, mas de todos. Para fazer parte de um processo é preciso fazer parte dele, ter responsabilidades e tarefas, propiciar a construção ou a reestruturação do sistema, significando um processo contínuo.

A concepção democrática - participativa pressupõe uma inter-relação da direção e dos membros da equipe, em busca de objetivos comuns assumidos por todos onde as decisões são tomadas de forma coletiva, e com distribuição de responsabilidades individuais, ou seja, cada uma assume sua parte dentro da decisão coletiva.

Este modelo de gestão apresenta características como a definição de objetivos sócio-políticos pela equipe, articulação da direção com a equipe escolar e a comunidade, pressupõe uma qualificação e competência profissional, requer uma objetividade, um acompanhamento e um diagnóstico, por final a atenção não apenas nas tarefas, mas também nas relações interpessoais.

A gestão participativa é uma forma de “exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, mas implica também, deveres e responsabilidades, portanto, a gestão da participação e a gestão eficaz.” (LIBÂNEO, 200, p. 125).

A gestão democrática requer uma atividade coletiva, pois implica na participação e objetivos comuns para todos, como também capacidades e responsabilidades individuais numa ação coordenada e controlada, precisa saber ouvir, contestar e ceder. Uma efetiva participação onde todos possam expor suas idéias, ser críticos e aceitar buscar consensos. Deve ser garantidos espaços para debates, investir nas relações interpessoais e buscar melhores soluções.

O diretor deve ser um articulador, mediar informações, organizar discussões com pauta definida para identificação de possíveis soluções de acordo com as opiniões de todos, deve também providenciar recursos, ressaltar as funções de cada membro da equipe. O coordenador deve participar da proposta, ser atualizado, promover as reuniões, promover educação continuada e se envolver nas ações didáticas.

A gestão democrática segundo Albuquerque (2005) requer a participação e a autonomia de quem trabalha com a educação. A escola faz parte da sociedade e recebe e atribui influência dela, podendo ser positiva ou negativa. A escola não faz o papel de reprodução quando utiliza da função educativa e de sua capacidade crítica para conduzir à transformação, a autonomia deve ocorrer a “serviço da formação de homens livres, capazes de auto-realização e de ajudar na construção de uma sociedade mais democrática.” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 54).

A autonomia está vinculada às regras e normas, mas pressupõe a liberdade para a elaboração de novas propostas e, se adequar às necessidades de cada realidade, permitir o respeito à cultura e a valorização do conhecimento, considerar o que cada membro da equipe escolar traz e incorporar esses conhecimentos na elaboração da prática pedagógica.

Segundo Albuquerque (2005), na gestão democrática é preciso estabelecer relações, igualitárias de respeito mútuo, cooperativas, há diálogo, liberdade de pensamento e de expressão, criatividade, criticidade, participação, chefes são substituídos por coordenadores de trabalho. A fonte de poder não esta no cargo, na posição, mas no conhecimento e na experiência.

Todos devem fazer parte da construção do processo de democratização da educação, bem como os pais, os alunos, professores, gestores e funcionários. A elaboração do projeto pedagógico se torna um instrumento indispensável para viabilizar concretamente uma verdadeira Educação Democrática.

3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Como um educador sem formação específica na área de educação especial percebe a inclusão de crianças com necessidades especiais em duas instituições municipais e uma estadual da rede de ensino da cidade de São Paulo?

Os educadores sentem dificuldades para a sua operacionalização da inclusão. Faltam condições físicas e organizacionais nas escolas e competência profissional para efetivá-la, refletir sobre o problema, para assim obter um conhecimento mais aprofundado para concretizar a lei.

4. OBJETIVOS

GERAL

Conhecer a prática dos professores do ensino fundamental de uma escola estadual e uma municipal que acolhem a diversidade na sala de aula, para coletar dados que auxiliem na construção de uma proposta pedagógica de uma escola inclusiva.

ESPECÍFICO

Verificar como os professores mantêm-se atualizados nas práticas de ensino inclusivo.

Identificar quais são as maiores dificuldades encontradas por estes professores.

Conhecer a percepção dos professores sobre o trabalho com a diversidade.

Constatar se os procedimentos utilizados propiciam a aprendizagem.

Constatar a formação profissional desses educadores.

5. HIPOTESE

Segundo Stainback (1999), é de fundamental importância garantir aos alunos oportunidades de fazer amizades, gerar parcerias entre grupos, propiciar a possibilidade de assumir responsabilidades e o controle se sua própria vida.

“A escola deve tornar-se um lugar onde o acesso intencional aos grupos é facilitado e onde cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver sentimentos positivos sobre as qualidades singulares que ele trás à comunidade educacional... o objetivo da inclusão não pé apagar as diferenças, mas o de que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valorize sua individualidade.” (SATAINBACK, 1999, p.412)

A educação inclusiva segundo Raiça (2006) não é apenas um modismo ela é um movimento mundial com fundamentos sólidos em princípios elementares de Direitos Humanos.

Preparar a classe que irá acolher a criança, por meio de atividades que possibilite a compreensão das diferenças interpessoais e as particularidades da criança inclusa, mantendo a preocupação na flexibilidade do currículo e dos procedimentos avaliativos.

Diante disso, a relevância na importância da gestão participativa que mobilize a comunidade escolar a refletir progressivamente sobre os desafios da diversidade, propondo esclarecimentos e apoio aos professores, disseminando informações que esclareçam as principais dúvidas, montando equipes de apoio e suporte aos pais e professores, estabelecendo parcerias com órgãos especializados e com família, para ajudar o professor compreender as potencialidades e as limitações que as crianças apresentam.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1ª Parte – Investigação documental de literatura e da legislação pertinente ao tema.

2ª Parte – Pesquisa de campo:

A pesquisa irá realizar-se sob forma de questionário contendo questões abertas e fechadas, para verificação dos pontos de vista de coordenadores e professores de duas instituições da rede de ensino municipal e uma instituição da rede estadual da cidade de São Paulo. Mediante a este levantamento dar sustentação a terceira parte do trabalho, a elaboração de uma assessoria educacional.

3ª Parte – Proposta de intervenção, construção de uma assessoria educacional com base nos dados levantados na pesquisa.

PARTE II

7. O SIGNIFICADO DA INCLUSÃO

7.1. O significado da inclusão...

Incluir- compreender, abranger, inserir, envolver, implicar. Esse verbo nos remete diretamente aos professores e nos perguntamos se realmente isso acontece em nossas escolas.

Incluir não apenas por filosofia ou por compaixão, a escola é um direito do aluno que deve ser preservado, como pais e professores e tendo como base os princípios de ordem constitucional e educacional, onde a escola deve estar aberta a todas as diferenças. A inclusão de maneira geral nos aponta uma idéia de escola para todos, igualdade e diferenças, esse tratamento mudou e essa mudança implicou em ações discriminatórias e classificatórias. De acordo a Convenção de Salamanca não pode haver diferenciação da pessoa com deficiência.

Educação inclusiva é uma modalidade, a educação é um direito de todos, é preciso ter clareza para entender que estas crianças estão na escola para aprender segundo as suas capacidades próprias. É preciso compreender que a resposta não é a mesma que o professor deseja ouvir e sim a que o aluno tem condições de oferecer, e mesmo não sendo a resposta ideal não deve ser descartada e sim destacada.

De acordo com Leny Magalhães Mrech¹, a inclusão é um baile da vida, onde alguém te chama pra dançar e você diz que não sabe e permanece na cadeira. Quem não dança não aprende, pois uns dançam melhor que os outros, mas as ações nunca vão ser perfeitas e acabadas, elas vão trazer erros e dificuldades.

1. *Palestra: Inclusão, Sociedade e Educação* / proferida pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO), São Paulo, 2007.

Todos se beneficiam da educação inclusiva:

- Aprendem a gostar da diversidade;
- Adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas;
- Demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não;
- Ficam melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada: entendem que são diferentes, mas não inferiores.
- Têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais;
- Perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a tolerância;
- Adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar;
- São melhor preparados para a vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

7.2. Sobre família e parcerias

Estabelecer parcerias com a família e com órgãos especializados se torna de extrema importância para que o ensino seja garantido, lidar com essa situação é assegurar que o direito da desigualdade não irá inferiorizar a igualdade e vice versa.

A educação inclusiva não se fará sozinha, apenas com o envolvimento da família, profissionais da área da saúde, professores, somente mediante a construção de parcerias poderemos garantir um ensino de qualidade ao aluno com necessidades educativas especiais.

O direito da desigualdade deve ser visto e atendido sem discriminações. Considerar as diferenças traz muitos benefícios para a escola, por isso é de fundamental importância a inclusão escolar se concretize.

Havia muitas contradições, todos iam para a escola para ser alguém na vida, onde a idéia de que apenas o conhecimento científico era importante. Ao colocar uma criança na escola que não acompanha o conteúdo da mesma maneira que os outros alunos se tornam uma questão cheia de dúvidas e preconceitos. Por exemplo, um paciente com uma doença terminal, vai para a escola, não anda, não fala, não mexe, mas consegue mobilizar seus colegas na execução das tarefas, onde seus amigos não fazem o seu dever por compaixão e sim por acolhimento.

O professor deve se mobilizar para buscar alternativas como os meios de comunicação, cursos, especialização, pois é a partir da educação continuada e permanente que teremos a possibilidade de termos professores que realmente saibam atuar.

É preciso termos parceiros para prosseguir nessa jornada, ter serviços de apoio ao professor e a comunidade, introduzir um projeto pedagógico inclusivo na escola, ter um currículo flexível e construtivo, não destacar as defasagens e sim os avanços, buscar um ambiente interativo, participativo e cooperativo, buscar a identidade profissional, a criatividade do aluno.

A comunidade deve participar desse processo de integração, pois só assim todos poderão se respeitar mutuamente e crescer com as diferenças uns dos outros. A escola deve oferecer a essas crianças algo que vão utilizar na vida, e possibilitar que o professor receba capacitação e habilidades para concretizar essa proposta, buscando conhecimentos e informações para assim agir de forma a antecipar decisões e realmente fazer parte do processo.

Segundo Raiça (2006), a família que realmente acredita na possibilidade de desenvolvimento da criança com deficiência, tem maior facilidade de lidar com a inclusão, a família que superprotege a exclui de situações e aprendizagens que a possibilitariam ter uma melhor qualidade de vida, por isso as “relações entre família e escola deverão estar em permanente harmonia e colaboração, pois da união é que resultarão muitas ações de relevância para o aprendizado do aluno.” (RAIÇA, 2006, p. 69).

De acordo com Adamuz (2000), precisamos quebrar os paradigmas, este problema tem solução, é preciso proporcionar condições e esforços para que essa integração seja viável em nossa realidade. Só vamos ter esse avanço quando tivermos a participação de todos envolvidos com o mesmo objetivo. “Falta uma aceitação verdadeiramente humana desses alunos. Sem a compreensão de suas necessidades pessoais, em vez de ajudá-los, pode-se, em nome do progresso, levá-los a experiências educacionais dolorosas e frustradoras.” (ADAMUZ, 2000, p. 9).

A escola e a família segundo Raiça (2006) são parceiras em relação ao crescimento do indivíduo e somente essa parceria bem fundamentada promoverá a aprendizagem de âmbitos cognitivos como no afetivo-social. Essa relação deve manter-se em permanente harmonia e colaboração, pois nesse processo todos serão beneficiados.

7.3. O papel do professor

O ensino regular não preparou o professor para atender a diversidade, as crianças são colocadas em salas sem atendimento especializado, até mesmo sem uma avaliação satisfatória, onde deficiências são confundidas e até mesmo não são detectadas. É preciso que a escola possa recorrer ao atendimento especializado ao se deparar com uma situação difícil, pois o atendimento não substitui os conteúdos escolares, mas ajuda o professor a transmitir os conteúdos e facilitar a aprendizagem.

Um exemplo disso é ter um aluno surdo na classe, onde sua escrita é totalmente diferenciada, o aluno detém todo conhecimento adquirido, mas não consegue transmiti-lo na escrita, pois na língua dos sinais não existem ligação entre uma frase e outros pontos ou vírgulas, nem preposições muito menos acentuações. A escola pode procurar atendimento especializado, pois o professor não aprende como dar uma aula, mas compreende a resposta dada por pelo aluno.

O ensino é para todos, mas o entendimento é de alguns, mas em conjunto o ensino é enriquecido. Não esquecendo que a resposta estará vinculada as possibilidades de cada aluno, distinguindo o que ele foi capaz de aprender e de expressar naquele momento. Ninguém consegue que todos tenham a melhor resposta, mas o grande diferencial é que tenham a possibilidade de ter uma resposta, mesmo que não seja a ideal. A criança que chega à escola e nem pega o lápis e depois já consegue rabiscar alguma coisa, é um grande avanço.

Para a educação inclusiva acontecer é preciso retomar as relações. Os modelos de educação também mudaram, vivemos na era da globalização onde os alunos recebem a informação de forma instantânea e direta, por isso antes apenas o professor era o detentor do saber, hoje já temos alunos que dominam conhecimentos que nem imaginamos, o professor perdeu suas referências e não consegue mais dar aula do jeito antigo, por isso à grande angústia e a frustração. Para resgatar a auto-estima, é preciso reatar os laços com os alunos.

Da mesma maneira para que a educação inclusiva se concretize é preciso construir laços sociais, um professor isolado e sem apoio não segue em frente, não colocam em prática suas ações, que é o mais difícil, para aplicar uma proposta é preciso diálogo, construção e elaboração.

A educação inclusiva é relacional, requer a disponibilidade, a vontade de ambas as partes. O relacionamento exige e cobra, causa desequilíbrios, produz novos conhecimentos. Na educação não é diferente o professor que ministra sua

aula sempre da mesma forma, esqueceu que seus alunos são diferentes, a educação está cobrando uma mudança de paradigma, é preciso ensinar de outras maneiras e perceber que o mundo se modificou.

O professor deve compreender seus alunos e enxergar avanço neles, pois pequenas ações fazem a diferença, é preciso ousar, superar e principalmente arriscar. Este processo requer constante momento de construção e reconstrução e exigindo situações dinâmicas e eficientes.

O professor deve rever a sua prática, a inclusão parte de cada um, sendo uma postura de todos, ampliando as relações, desenvolvendo o diálogo, sabendo ouvir o outro. A diversidade só vem a somar e nos trazer benefícios, aprender a aceitar o outro da maneira que ele é, sendo que as mudanças implicam em transformações individuais e coletivas. As famílias economicamente carentes só dispõem da escola pública para a escolaridade da criança com deficiência, só essa não pode se abster de atendê-las.

7.4. Uma questão legal

Para concretizar um processo responsável, traçar diretrizes não é suficiente, quando um faz e outro apenas executa e a pessoa não está certa e nem convencida de uma determinada ação, o processo não acontece verdadeiramente, a inclusão só pode ocorrer quando tivermos uma cultura voltada para a inclusão onde todos estarão envolvidos e participantes desta ação.

A Declaração Mundial de Educação para todos na Tailândia em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994 e a Convenção de Guatemala de 2001, desencadeou o movimento de inserção de alunos com necessidades especiais em classe comum, bem como a atuação dos profissionais e da família. Possibilitou estabelecer o horizonte das políticas públicas, para assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. A inclusão vai

muito além da legislação e dos acordos, pois a inclusão não pode ser realizada de forma isolada, é preciso ter a participação da família e de outras parcerias.

A educação especial foi instituída legalmente na Constituição Federal de 1998. Instituído leis sobre o tratamento aos portadores de deficiência.

No Art. 208, inc. III o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ao tratar do dever do Estado com a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental. No Art. 227, inc.II, § 1º, possibilita ao interessado cobrança e dever da sociedade em atendê-lo.

Lei nº. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional determinam no Art. 58 § 1º, que haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, facultando a cobrança quando a escola não dispuser do apoio.

Decreto nº. 3.298/99 regulamenta a Lei nº. 7.853/89 de 20 de dezembro de 1999 dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

A Lei nº. 10.098/00 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

A Lei nº. 10.172/01 de 9 de janeiro de 2001, estabelece vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais que sinteticamente tratam de desenvolvimento de programas, ampliação de atendimento, ações preventivas, atendimento extraordinário e preferencial na rede regular de ensino e educação continuada e superior dos professores em exercício.

Na Lei nº. 10.048/00 de 09 de novembro de 2000 dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

A Lei nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo no Art. 2º § 1º que a criança e o adolescente portador de deficiências receberão atendimento especializado.

Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Nesse sentido, nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa, o acesso do deficiente à instituição. A pena aos infratores é de um a quatro anos de prisão, além de multa.

A Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001 institui as Diretrizes e Nacionais para a Educação Especial na Educação básica, determinando no Art. 2º os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. E relata no Art. 7º e 8º como deve ser a organização e atendimento nas escolas. Já no Art. 15 vincula a organização e operacionalização responsabilidade dos estabelecimentos de ensino.

A Portaria MEC nº. 1.679/99 trata da disposição dos requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

A flexibilidade q permeia toda a lei, em que pese o texto, muitas vezes ambíguo, o que dificulta sua operacionalização, apesar do seu numero exíguo de artigos, 92, não impede um avanço em direção à inclusão escolar... todavia, sabemos que as melhores idéias mais humanas dificilmente se concretizam por decretos ou discursos. (ALBUQUERQUE, 2007, p.157)

De acordo com Kliksberg (1997), os projetos e as implementações de programas e propostas ainda são muito precárias, apenas com a cultura poderemos ter um desenvolvimento social, tendo como base valores, atitudes, solidariedade, cooperação e, só teremos sucesso quando construirmos uma sociedade civil forte e diversificada.

Segundo Ribas (2007), os alunos portadores de necessidades especiais apresentam:

- ⇒ Deficiência Visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- ⇒ *Deficiência Auditiva* – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
- ⇒ *Deficiência Mental* – funcionamento intelectual significativo inferior a média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade.
- ⇒ *Deficiência Física* - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as

deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

7.5. Gestão e estrutura escolar

Garantir o acesso nas escolas é sugerir um plano de acessibilidade como instalação de elevadores, vasos sanitários, rampas, sinalização e podotátil, alterações na largura das portas, adequação de bebedouro, entre outros. Pequenas modificações na estrutura física da instituição farão uma grande diferença.

Um plano de gestão se faz necessário para levantamento de dados, fazer reuniões entre a comunidade escolar, elaborar e disponibilizar instrumentos, criar vínculos entre a escola e a comunidade, fazer um replanejamento participativo, disponibilizar ações de capacitação, criar redes de apoio na comunidade, manter um padrão de qualidade nos atendimentos. Somente com investimento na formação inicial e continuada do professor é que se pode esperar uma melhoria na qualidade do ensino.

Falar de educação inclusiva requer uma educação de qualidade, o respeito, uma sociedade mais igualitária, integração de classes separadas, no entanto o maior fator da exclusão é a pobreza, e não a deficiência. Temos que ter a consciência que inclusão não é um método e sim um valor, romper a barreira do preconceito e nos sensibilizar para a questão da diversidade.

Um modelo inclusivo requer a criação de projetos, desafios, problemas e principalmente respeitar as diferenças de cada um, pois o desenvolvimento ocorre a partir das interações. Apenas a vontade de mudança de postura do professor não é suficiente, é preciso ter consciência e compromisso profissional, ter embasamento teórico e flexibilidade para adaptar as teorias e aplicar na prática, tendo capacidade intuitiva para trazer soluções para resolver as questões do dia a dia.

Segundo Albuquerque (2007), a inclusão escolar exige uma escola flexível, onde diretores e educadores tenham conhecimento científico e uma abordagem ampla da situação, tendo uma relação de construção compartilhada com todos os membros da escola, desencadeando indagações e possíveis soluções para o trabalho com a diversidade, onde o ambiente escolar integrado exige posturas, atitudes, habilidades de todos para uma ação que garanta uma educação de qualidade.

A inclusão escolar propicia enriquecimento curricular, conduz à apropriação pelo educando de sua identidade como sujeito capaz de aprender. Os educandos com deficiência e os oriundos de qualquer raça ou cultura podem ser diferentes, contudo, nunca inferiores aos outros. O ambiente escolar se enriquece com a inclusão. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 163)

O trabalho com a diversidade não é fácil, mas é preciso cobrar ações do Estado, fazer contínuos diagnósticos avaliando e acompanhando os projetos da escola, rever os erros e reforçar os acertos, formando um currículo globalizado, onde todos possam pensar por si mesmos, construindo uma sociedade diferente e mais humana e principalmente que se caracterize pela democracia.

No Brasil já existem experiências positivas de integração, mas ainda falta muito a se fazer a respeito desta questão. A integração ocorre de diferentes formas para cada criança, vários aspectos são levados em consideração, tais como condições de integração, a natureza da deficiência, o ambiente familiar, o tempo de permanência da criança na escola. Encontramos diversos modelos de integração, mas a grande questão é que a criança ao entrar na escola nem os pais nem os professores recebe qualquer orientação nem auxílio escolar adequado.

A escola inclusiva é construída na ação e para isso os professores devem buscar informações e se capacitarem, viabilizar projetos, ou seja, o professor realmente tomar conhecimento da situação, a inclusão não se concretiza a partir do

bom senso e da boa vontade é preciso ir além, é preciso resolver a questão da inclusão com medidas administrativas.

Stainback (1999) propõe que se crie uma comunidade inclusiva na escola, para isso, cita dez elementos críticos para que o ensino inclusivo seja eficaz:

- 1- Desenvolver uma filosofia comum e um plano estratégico baseado em princípios democráticos,
- 2- Proporcionar uma liderança forte,
- 3- Promover culturas no âmbito da escola e da turma que acolham, apreciem e acomodem a diversidade,
- 4- Desenvolver redes de apoio,
- 5- Usar processos deliberativos para garantir a responsabilidade,
- 6- Desenvolver uma assistência técnica organizada e contínua,
- 7- Manter a flexibilidade,
- 8- Examinar e adotar abordagens de ensino efetivas,
- 9- Comemorar os sucessos e aprender com os desafios,
- 10- Estar a par do processo de mudança mantendo-o em constante atualização.

Considerando que os passos citados possam contribuir para que as escolas adotem uma postura mais acolhedora e reflexiva.

É preciso que haja o respeito à diversidade, por isso a necessidade de uma formação especializada, onde o professor comum tenha qualificação que possibilite um atendimento apropriado das necessidades dos mais variados tipos de alunos.

A escola deve ter uma postura que valorize o seu aluno considerando as reais situações de aprendizagem, garantindo um ambiente de aprendizagem prazeroso e eficiente, onde o aluno possa realizar atividade independente da sua condição real,

pois o aluno ao ter um desenvolvimento global, melhora conseqüentemente o seu desempenho acadêmico.

A brincadeira, o jogo, o lado lúdico poderão ser utilizados como recurso pedagógico e assim o é por grande parte dos professores, porem há de saber mais sobre sua utilidade, pois a grande maioria dos docentes ainda usa de jogos dirigidos e raramente a brincadeira é espontânea ou natural, também pelo receio de que os alunos possam se machucar. Contudo, nem mesmo o professor usa das atividades lúdicas e prazerosas com firmeza, determinação e principalmente com objetivo educacional. (PICCHI, 2002, p. 41).

A avaliação deve ser presente e constante, para tornar cada vez mais eficiente os programas de intervenção que atenda as necessidades de cada criança, no entanto essa avaliação deve garantir que o aluno mesmo tendo um rebaixamento intelectual, possui outras qualidades que possam ser trabalhadas que auxiliem o seu desenvolvimento e assim conseqüentemente possa melhorar seu rendimento acadêmico. A avaliação deve estar estruturada a partir do percurso individual, buscando sempre estabelecer novas metas que possam ser alcançadas pelas crianças.

A avaliação diagnóstica auxilia a equipe envolvida, identificando problemas e possíveis propostas de intervenção educacional, assim revelando os pontos fortes e fracos dos alunos e assim elaborar propostas que auxiliem no seu desenvolvimento, essa avaliação também pode ser realizada por profissionais da educação ou também pode ser realizada por especialistas de outras áreas como após esse procedimento a aluno deve ser encaminhado adequadamente.

Segundo Picchi (2002), a escola inclusiva não sobrevive dissociada das políticas públicas, elas garantem uma sociedade mais justa, que atende as necessidades básicas de todos os cidadãos como de locomoção, de fazer escolhas, e principalmente de ser única e especial. “Integrar ou incluir um aluno com necessidades educativas especiais na área da Deficiência Mental, numa escola ou

classe comum, com certeza ará exigir mais que paixão dos profissionais envolvidos diretamente no atendimento escolar.” (PICCHI, 2002, p. 103).

O educador deve conhecer a realidade na qual vai atuar, para que o seu trabalho seja dinâmico, criativo, inovador. Construindo um sistema de avaliação mais justo que não exclua o aluno do processo ensino-apredizagem, mas o inclua como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade de acordo com sua capacidade.

A educação especial se reduziu à adaptação de procedimentos metodológicos e pedagógicos para cada tipo de deficiência, no entanto criou-se um mito de que apenas a educação especializada viria conseguir fazer com que crianças com deficiência conseguissem aprender.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Para efetivamente haver a implantação de uma escola inclusiva, é preciso que exista um consenso sobre o conceito de inclusão, esse conceito implica mudanças na infra-estrutura e no seu funcionamento em relação ao projeto pedagógico, onde o ensino deve garantir a qualidade do ensino e o respeito às expectativas de todos envolvidos no processo educativo.

A integração significa a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade. Inclusão significa modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Preparar a escola para incluir o aluno especial, e não o contrário. Sem esquecer-se de construir rampas de acesso, toaletes especiais e salas mais espaçosas onde os deficientes se sentam na primeira fila.

7.6. O começo de tudo...

A educação especial surgiu na Europa no final do século XVIII, época que corresponde à democratização do ensino. Com a expansão do ensino para cegos e surdos, foram oferecidas oportunidades para outras deficiências e também para os carentes culturais, ou seja, crianças que apresentam déficits de aprendizagem. Com o aumento das escolas de ensino regular o ensino especial também foi ampliado, ao propiciar apoio e suplementação descaracterizou o sentido educacional.

Segundo Bueno (2004), as crianças surdas que tinham um poder aquisitivo mais alto e recebiam escolaridade e atendimento na idade certa, obtinham inserção profissional satisfatória, já crianças surdas de camadas inferiores que não tinham acesso a nenhum atendimento chegam à idade adulta sem escolaridade e sem trabalho, “os que não tiveram o infortúnio de nascer pobres, marca muito mais significativa do que a surdez e a cegueira, apesar de sofrerem limitações impostas por suas deficiências, puderam, contudo, usufruir da vida familiar e da riqueza produzida.” (BUENO, 2004, p. 89)

Nas diversas épocas ser diferente já lhe garantia uma posição desigual que o marcava para sempre, a sociedade nunca foi igualitária, mesmo com toda evolução da ciência e da tecnologia a marginalização do diferente ainda existe.

A história de inclusão escolar no Brasil é recente, até 1956, existiam algumas iniciativas isoladas para cada tipo de necessidade especial, em 1854 no segundo império foi criado *O Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, em 1857 foi criado o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*, hoje Benjamin Constant, ambos com caráter profissionalizante. Também nessa época foi iniciado o atendimento às pessoas com deficiência mental. O atendimento aos deficientes físicos só aconteceu em 1931, em São Paulo na *Casa de Misericórdia* e em 1943, Lar- Escola São Francisco. Em 1954 foi criada a APAE no Rio de Janeiro, e em 1961 a APAE de São Paulo.

Segundo Bueno (2004), com o surgimento das primeiras instituições para surdos, foi ampliada as oportunidades educacionais para outros tipos de deficiência. No entanto os internos eram obrigados a realizar trabalhos manuais em troca recebiam comida e abrigo, essas instituições eram chamadas de asilo-escola-oficina. O que deveria ser um processo educacional se tornou um processo de exclusão que atingia principalmente a classes populares.

No decorrer do século XX houve uma expansão significativa para a educação especial nos países capitalistas, no entanto as matrículas variavam de acordo com o tipo de deficiência, mas mesmo assim foram significativas as oportunidades educacionais.

A expansão da rede de educação especial no Brasil se concretiza por meio de duas formas básicas, apesar de ter se expandido durante todo o século XX e mais intensamente a partir dos anos 60, grande parte da população excepcional não é por ela absorvida em razão do número reduzido de vagas em relação a sua incidência (BUENO, 2004, p. 31).

Após a Proclamação da República a educação especial se expandiu, embora de forma muito lenta, com o surgimento das entidades privadas de atendimento aos deficientes, como processo de inclusão da educação especial aumento a influência em termos de políticas educacionais.

(...) por fim, a educação especial que nasce sob a bandeira da ampliação de oportunidades educacionais para os que fogem da normalidade, na medida em que não desvela os determinantes sócioeconômico-culturais que subjazem as dificuldades de integração do aluno diferente, na escola e na sociedade, serve de instrumento para a legitimação de sua segregação (BUENO, 2004, p.124).

Essas entidades tinham como principal preocupação a saúde, e a inserção da psicologia na elaboração de planejamentos pedagógicos direcionados as potencialidades individuais.

Promover uma formação permanente envolvendo todos os setores, o clínico, o institucional, o familiar, o diálogo com toda a comunidade. Os pais devem ser orientados sistematicamente, pois a família precisa estar ao lado do estudante, compartilhar seus mitos, anseios, e expectativas objetivas.

7.7. Educação inclusiva

É um direito do indivíduo deficiente receber educação, e as escolas devem modificar seu funcionamento, para preparar esses indivíduos para viver em comunidade, elevando seu desenvolvimento, cognitivo, afetivo e psicossocial, contribuindo para uma sociedade na qual todos têm direitos e deveres com possibilidade do exercício da cidadania.

Uma escola inclusiva gera benefícios, para os alunos, professores e todos os indivíduos envolvidos, onde um aprende a cuidar do outro, “os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e semelhanças individuais entre seus pares.” (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 23)

Mesmo uma criança com alguma deficiência não tendo um potencial intelectual suficiente para abstrair todo o conhecimento transmitido pelo professor se beneficia muito com as experiências junto às outras crianças.

Para Stainback & Stainback (1999), apenas integrar um aluno deficiente na sala de aula não significa que ele vai aprender, pois eles aprendem muito mais em ambientes integrados com apoio educacional adequado do que quando estão em ambientes segregados, *sem* “dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais.” (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 26).

É preciso ter a consciência de que o ensino inclusivo é o valor social da igualdade, e que apesar das diferenças temos os mesmos direitos, diante disso devemos fazer com que as diferenças sejam aceitas e respeitadas num mundo de paz e de cooperação.

O valor social da igualdade é consistente com o motivo de ajudar os outros com a prática do ensino inclusivo. Temos de garantir que os alunos com deficiência sejam apoiados para tornarem-se participantes e colaboradores na planificação e no bem estar deste novo tipo de sociedade. Temos que evitar os erros do passado, quando os alunos com deficiência eram deixados à margem (STAINBACK, 1999, p. 29).

A escola deve estar preparada para atender as necessidades da diversidade de seus alunos, oferecendo um ensino de qualidade a todos os alunos com instrumentos e técnicas adequadas “por isso, o desafio é estender a inclusão a um numero maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Nossas escolas e comunidades tornar-se-ão tão boas quanto decidirmos torná-las.” (STAINBACK, 1999, p. 31).

O acesso de alunos com deficiência em classes regulares não significa inclusão, e as escolas devem fazer uma reestruturação não apenas no nível físico da instituição, mas também em nível organizacional, onde o professor se organiza, busca informações e apoio de instituições especializadas.

A educação inclusiva está pautada nos direitos humanos e universais, que permite o acesso à educação de qualidade a todos, cabe a comunidade escolar refletir sobre essa questão e realmente aceitar a diversidade sem preconceitos, baseada em princípios democráticos.

Segundo Raiça (2006), é necessário favorecer os ambientes de aprendizagem na prática inclusiva, reorganizando a escola, revendo o projeto pedagógico, ter um enfoque inclusivo que atenda ao desenvolvimento da criança com alguma

deficiência. O professor deve focar sua prática na aprendizagem, verificando o desenvolvimento de cada aluno, disponibilizando um atendimento mais individualizado, “por essa ótica inclusiva se centra na pessoa, na aprendizagem e no desenvolvimento.” (RAIÇA, 2006, p. 52)

Em sala de aula o professor pode definir um tema para todos os alunos, mas cada um vai obter um determinado nível de compreensão, o professor pode variar os procedimentos, introduzir leituras, fazer observação de ambientes, construir cartazes, apresentar vídeos, atividades que envolvam estímulos visuais e situações concretas relacionadas com o cotidiano. O aluno com deficiência participa ativamente de atividades e dinâmicas da aula, dentro da sua possibilidade e da sua capacidade de aprendizagem e, desenvolver suas potencialidades e melhorar o desempenho.

Utilizar atividades lúdicas para fins educacionais, onde o professor busca saber o que o seu aluno mais gosta de fazer e aproveitar isso na sala de aula. O maior parceiro do aluno é o professor e cabe a ele disponibilizar-se das literaturas que trarão dicas para melhor trabalhar as questões assim o próprio aluno vai direcionando o professor para atingir um melhor aproveitamento escolar, visando à preparação para o trabalho.

O importante é aceitar e não rotular pelas dificuldades, e sim fazer com que o ambiente seja seguro e garanta que suas necessidades serão consideradas. Para que a inclusão seja efetuada, precisamos de um fio condutor integrativo para articular o sujeito e o grupo. Não só trabalhar a diversidade em sala de aula, mas em toda a escola.

É necessária a maturidade profissional de todo o grupo na busca de um trabalho efetivo, com capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a frustração das possibilidades de insucessos, pois

(...) reconhecer que os desafios colocados pelo movimento de inclusão escolar, no plano tanto quanto das exigências práticas, são por de mais

complexos: ter que atingir objetivos nobres relativos a uma nova ética, a uma nova educação, diante da precariedade de recursos. (GÒES, 2007, p. 88).

Possíveis intervenções estão surgindo, por isso é preciso continuar a refletir sobre a questão da inclusão e buscar possíveis transformações.

7.8. A realidade na prática

A cada dia a pessoa com deficiência está conquistando o seu lugar, estão presentes nas empresas, escolas, parques, cinemas, restaurantes, estão trabalhando, estudando, se divertindo, estão mais alegres e mais bonitos, estão autônomos, independentes e responsáveis.

A sociedade está se tornando mais recíproca, onde pessoas com deficiência e as que não têm, estão aprendendo a conviver uma com as outras. O preconceito e a desconfiança ainda permanecem presente, mas cresce as pessoas que querem ser solidárias e receptivas.

Os nossos limites reais não na possibilidade ou impossibilidade que temos de andar, enxergar, ouvir ou pensar da forma como acreditamos que todos fazem. Os nossos limites estão na dificuldade que encontramos nas relações que travamos com o mundo. (RIBAS, 2007, p.8)

Precisamos adquirir novos hábitos, novos pensamentos, novas atitudes para superar o estigma da palavra deficiência, e perceber que os desafios podem ser superados. Ainda temos um longo caminho de conhecimento a trilhar.

Segundo Padilha (2007), vive-se a exclusão e fala-se de inclusão, mas por outro lado faltam discussões que aprofundem esses conceitos e se debrucem sobre condições concretas de vida social. A angústia de educadores que se vêem obrigados a realizar uma proeza pedagógica sem sequer saber como, sentindo-se culpados por não estarem sendo solidários, caridosos, pacientes com aqueles que

aprendem de modos diferentes e em tempos diferentes, ora se sentindo incompetentes por não estarem conseguindo que todos seus alunos aprendam.

Segundo Stainback (1999), as diretrizes a seguir proporcionam ao professor estratégias de se ajudar o aluno a readquirir um sentido de domínio através do encorajamento e do valor próprio.

Escolher tarefas de aprendizagem adequadas, como por exemplo, pedir aos coordenadores pedagógicos orientação no planejamento das aulas e a conseguir materiais, capitalizar os interesses e o conhecimento prévio do aluno.

Ajudar os alunos a estabelecer objetivos de aprendizagem e ensinar os alunos a orientação para o domínio da tarefa, fazendo que o próprio aluno o escolha, ajudando o aluno a determinar seu nível de dificuldade, reconhecendo o processo de melhoria, lendo histórias de alunos que superaram desafios, ajudando o aluno a ter melhor desempenho independente de seu fracasso.

Enfatizar o progresso dos alunos, voltando às tarefas anteriores, mostrando como são fáceis agora, enfatizando que o esforço valeu à pena, montar uma pasta com os melhores trabalhos do aluno para que a consultem regularmente, fazendo que aprenda mais e não volte atrás para melhorar o anterior.

Oferecer sugestões específicas de melhorias antes de solicitar e graduar os esforços finais, fazendo comentários sobre o que o aluno fez certo e o porquê dos erros, utilizando trabalhos dos colegas para seguir de incentivo, fazendo gráficos de notas demonstrando a aprendizagem e a competência do aluno.

Apontar as conexões entre esforço e realização, dizendo que o esforço resultou em um projeto muito bom, pois o esforço conduz ao sucesso, ensinando o aluno a concentrar-se, estabelecendo atitudes positivas diante o progresso do aluno, propiciando um ambiente físico adequado, examinando , monitorando e lidando com

a proximidade com o aluno, planejando as aulas e incentivando o desenvolvimento dos relacionamentos.

Destacando que o trabalho do professor envolvido com o processo da inclusão deve envolver consciência e compromisso com sua escolha profissional, identificação de preconceitos sociais, terem embasamento teórico e flexibilidade para fazer novas adaptações da teoria, capacidade intuitiva para buscar novas soluções, conhecer as habilidades prévias dos alunos e valorizar cada passo conquistado pela criança, pois cada passo é uma vitória.

PARTE III

8. PESQUISA DE CAMPO

8.1. INTRODUÇÃO

A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionário contendo perguntas abertas e fechada. Ao todo foram três instituições analisadas, envolvendo professores que trabalham com crianças incluídas em salas comuns como também em salas especiais.

Em um primeiro momento, foi à elaboração das questões que seriam aplicadas no questionário. E, após a coleta de dados, foi possível a compilação e análise.

O questionário teve muita relevância no trabalho, pois direcionou o caminho a seguir e também possibilitou fazer algumas correções no percurso.

A primeira escola realizada foi em uma escola municipal de São Paulo, onde possibilitou conhecer uma sala de ensino inclusivo, onde utilizam recursos especializados para cada tipo deficiência, e compreender a visão do professor diante do processo de aprendizagem.

A segunda escola teve como objetivo conhecer uma escola municipal com o objetivo de compreender a visão dos professores sobre a inclusão e possíveis formas de mudança.

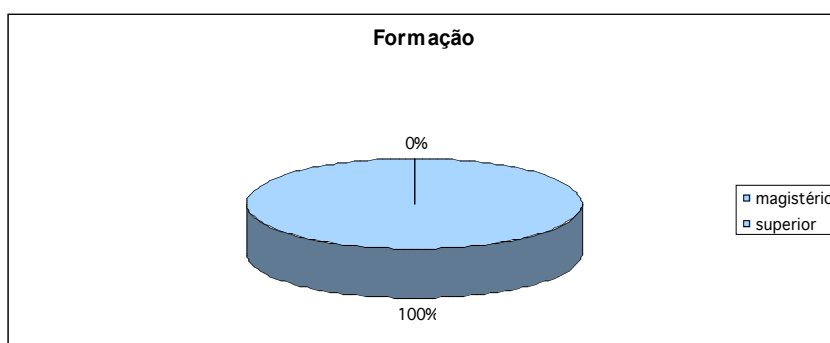
A terceira escola foi realizada em uma escola estadual, onde além da aplicação do questionário tive a possibilidade de realizar um estágio de observação com o objetivo de compreender as maiores dificuldades de trabalhar com a diversidade.

8.2. ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO

Nesta pesquisa, foi possível ampliar o olhar sobre a diversidade, envolvendo professores e coordenadores nesta intensa luta da inclusão onde estudantes com deficiência avancem na aprendizagem dos conteúdos.

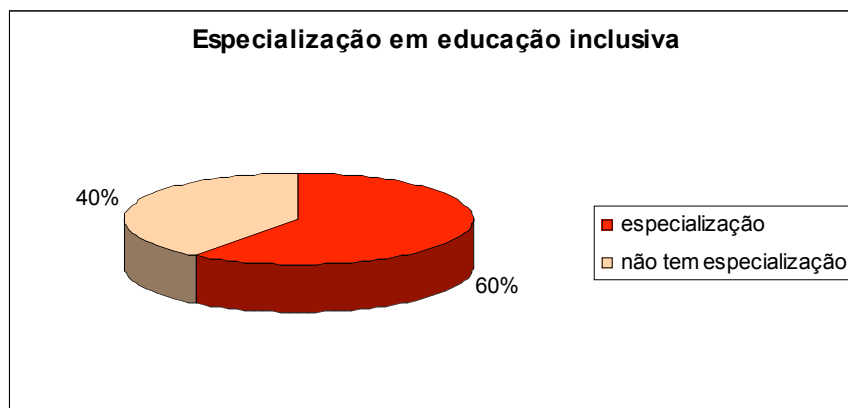
Para facilitar a análise dos dados coletados, foram utilizados gráficos como a seguir:

Qual sua formação?



100% dos educadores declararam que possuíam formação em nível superior.

Tem especialização em educação inclusiva?



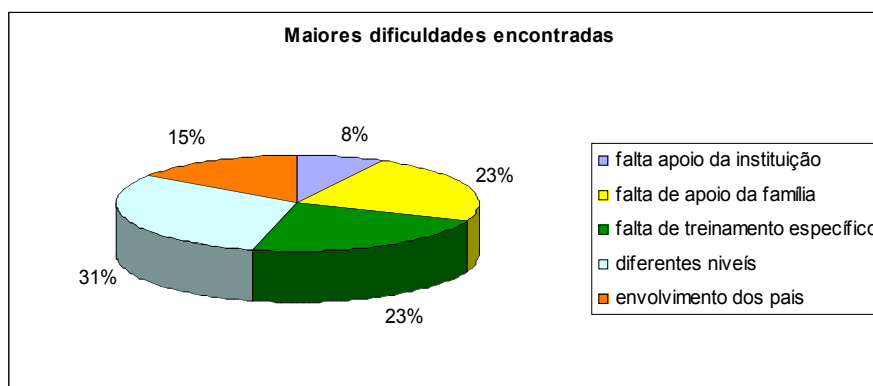
60% dos professores analisados mencionaram que possuíam especialização em educação inclusiva. 40% declararam que não possuíam especialização.

Já havia trabalhado com alunos portadores de necessidades especiais?



60% dos professores já haviam trabalhado com inclusão anteriormente e constatou-se que 40% não tinham experiência.

Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com esses alunos?



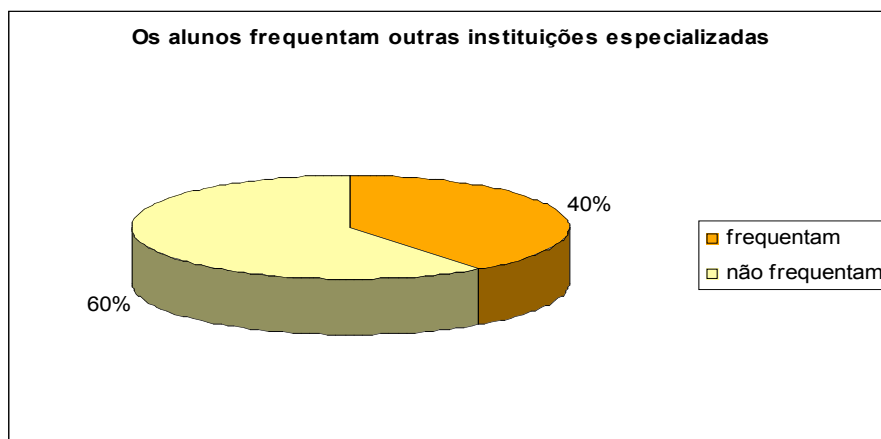
8% declararam que falta apoio por parte das instituições, 23% mencionaram a falta de apoio das famílias, 23% constataram a falta de treinamento específico, 31% destacaram as dificuldades de trabalharem com diferentes tipos de deficiências e 15% declararam falta de envolvimento dos pais.

Mantêm-se atualizada nas práticas de ensino inclusivo?



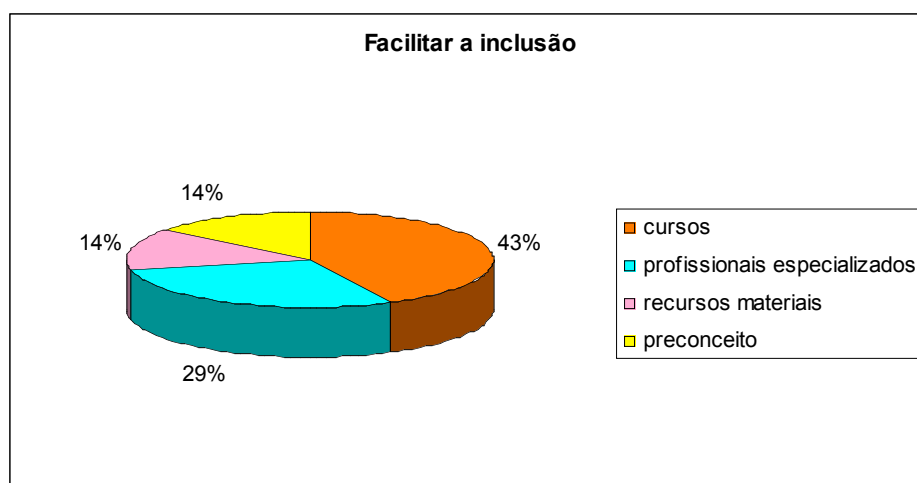
60% dos professores mencionaram estarem atualizados nas práticas inclusivas freqüentemente participando de palestras e cursos sobre o tema e 40% declararam não estar atualizados.

Freqüentam outra instituição especializada?



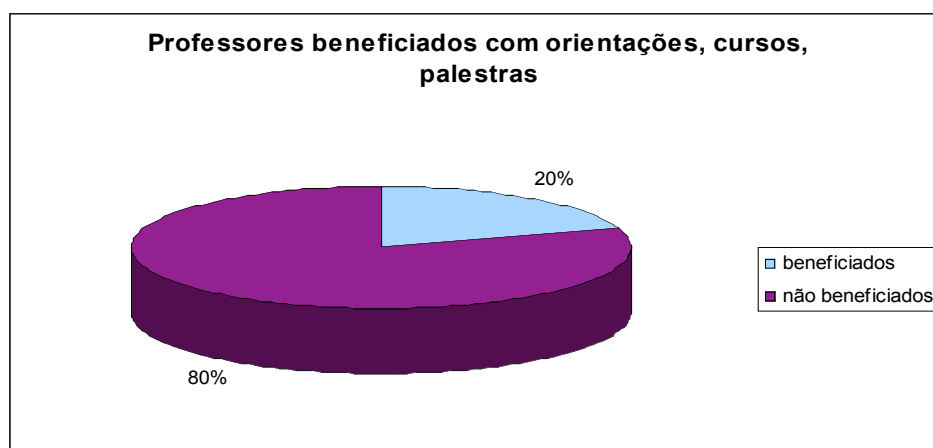
60% das respostas analisadas constataram os estudantes com algum tipo de deficiência não freqüentavam outra instituição especializada e 40% mencionaram que freqüentavam outras instituições.

O que poderia mudar no ambiente escolar que facilitaria a inclusão escolar?



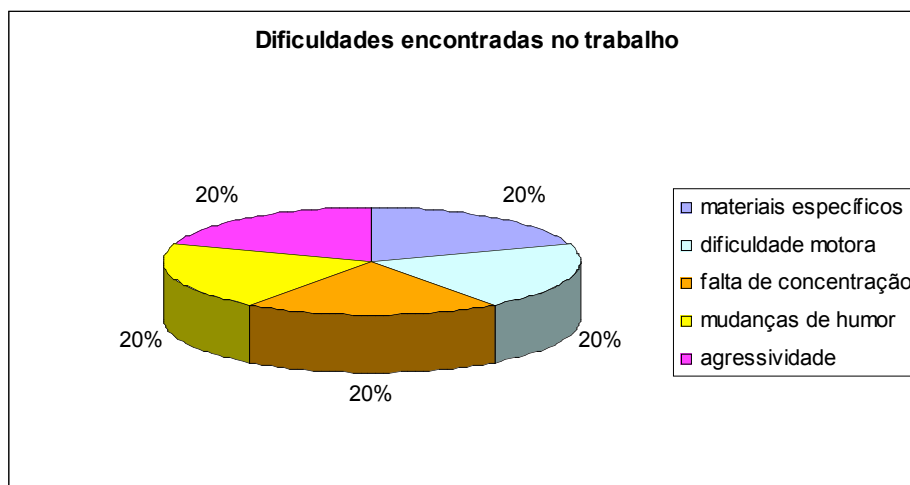
43% das respostas apontaram que para melhorar o ambiente escolar os professores deveriam freqüentar cursos que os ajudassem a compreender melhor seus alunos, para facilitar no dia a dia dos professores em sala de aula. 14% mencionaram recursos e materiais específicos ajudariam facilitar a inclusão. 29% constataram que um número significativo de profissionais especializados como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas, ajudariam o professor aperfeiçoar sua prática. 14% declararam amenizar o preconceito de modo geral.

Os professores são beneficiados pela instituição com orientações, cursos ou palestras?



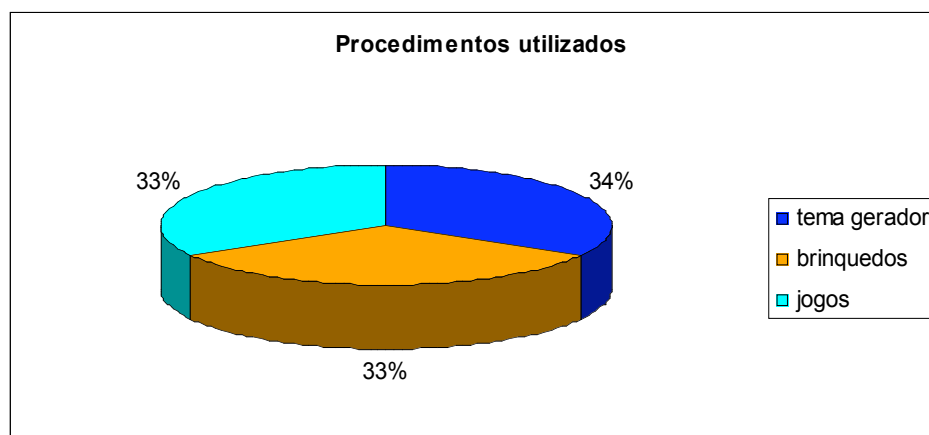
80% dos professores mencionaram que não são beneficiados pela instituição com orientações específicas. 20% declaram que são beneficiados.

Que dificuldade você encontra no seu trabalho com esses alunos em sala de aula?



20% dos professores apontaram a falta de materiais específicos. 20% envolvem a dificuldade motora dos alunos, onde todas as atividades são dirigidas. 20% relataram a falta de concentração. 20% constataram as freqüentes mudanças de humor. 20% apontaram a agressividade.

Os procedimentos utilizados estão tendo resultados positivos e quais são eles?



As respostas mais freqüentes relatam que os procedimentos utilizados estão tendo resultados positivos, no entanto esses procedimentos são bastante lentos. 34% declararam que diante de temas geradores que possibilitam trabalhar a escrita. 33% destacaram o uso de jogos e brinquedos utilizados como material de apoio no dia-a-dia.

8.2.1. RELATÓRIO DISGNÓSTICO

Analisando estas respostas pode-se notar que os professores analisados possuem especialização em educação inclusiva, sendo que em sua maioria já trabalharam com crianças com deficiência intelectual anteriormente. As dificuldades apontadas para que o trabalho se concretize foram diversas, como a falta de treinamento específico, apoio da família e da instituição bem como os diferentes níveis de deficiência.

Foi constatado que as maiorias dos alunos não freqüentam outras instituições especializadas, assim o desenvolvimento intelectual e cognitivo dessas crianças é de inteira responsabilidade do professor. As respostas mais freqüentes sobre as dificuldades encontradas em sala de aula foram à falta de materiais específicos, a falta de coordenação motora, falta de concentração, agressividade e as freqüentes mudanças de humor dos alunos.

As respostas mais freqüentes para melhorar o ambiente escolar foram que deveriam freqüentar cursos que os ajudassem a compreender melhor seus alunos para facilitar sua prática pedagógica, pois relatam que os procedimentos utilizados estão tendo resultados positivos, no entanto esses procedimentos são bastante lentos.

Foi possível perceber que a maioria dos professores não é beneficiado pelos estabelecimentos de ensino onde trabalham com cursos e palestras sobre ensino inclusivo, no entanto os professores declararam que está atualizado, isso leva a concluir que procuram novos cursos para se atualizarem.

Partindo dessa constatação, o curso de formação de professores terá o foco de forma o professor compreender o seu aluno, e possibilitar o desenvolvimento de novas estratégias para possibilitar a amplitude da visão do ensino inclusivo. A proposta da Valery's Assessoria Educacional incorpora os resultados desta pesquisa.

PARTE IV

9. IMPREMENTAÇÃO DO PROJETO DE ASSESSORIA

9.1. Apresentação

A Valery's Assessoria Educacional presta serviços de consultoria atendendo instituições e profissionais de educação, visando à melhoria do ensino, a implantação de projetos inovadores e o aperfeiçoamento dos profissionais da área, através de trocas de experiências e de constantes estudos.

A capacitação dos educadores tem como princípio a luta pela inclusão de alunos com alguma deficiência na sala de aula, favorecendo uma prática que contemple as capacidades dos alunos especiais.

É preciso compreensão e conhecimento para acolher a diversidade e fazer com que desenvolvam suas potencialidades, onde pequenos gestos se tornam grandes vitórias.

Visando proporcionar condições aos professores de enfrentar os inúmeros desafios de ministrar um ensino especializado, onde o aluno tenha condições de ultrapassar a atual estruturação do ensino escolar para deficientes.

9.2. EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS

Exigências burocráticas (taxa, TECEC, registro na junta comercial, INPS/JAPAS, registro do livro, xérox e autenticações).

Procedimentos Burocráticos:

Para abertura de uma assessoria de capacitação, torna-se necessário:

Legislação específica

- Contrato Social e Registro na Junta Comercial, preenchimento de formulário e protocolos na JUCESP (www.jucesp.sp.gov.br);
- Registro na Secretária da Receita Federal;
- Registro na Secretária da Fazenda, através do site (www.receita.fazenda.gov.br);
- Registro na Prefeitura do Município;
- Registro no INSS, através do site (www.previdencia.gov.br).

Inscrição na Prefeitura do Município

Para inscrição, prestação de serviço a sociedade de uma empresa é preciso:

- DECON (Declaração ao Contribuinte);
- Viabilidade;
- Xérox do cartão do CNPJ;
- Xérox do Contrato Social;
- Xérox da capa e contracapa do IPTU local;
- Xérox do CPF e RG dos sócios;

Secretaria Municipal de Educação

- Entregar no setor de Protocolo Geral, o Regimento e o Relatório, contendo:
- Identificação da empresa e endereço;
- Nome do diretor responsável, com sua titulação e Curriculum Vitae;
- Prova da natureza jurídica da entidade mantenedora, acompanhada de CGC ou registro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Prova de condições legais de ocupação do prédio onde funciona o estabelecimento.

O novo empresário deve procurar a prefeitura da cidade onde pretende montar seu empreendimento para obter informações quanto às instalações físicas da empresa, e alvará de funcionamento.

Além disso, deve consultar o PROCON para adequar seus produtos às especificações do Código de Defesa do Consumidor (Lei N.º. 8.078 de 11/09/1990).

9.2.1. CONTRATO SOCIAL

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, DENOMINADA.

VALERY'S ASSESSORIA ESCOLAR LTDA

Por este instrumento particular, VALERIA DE CASSIA SILVA, brasileira, solteira, pedagoga, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o no. 285.043.288-74 e portadora do documento de identidade RG nº 44.392.689-08, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, LEONARDO LEONARDI, brasileiro, solteiro, engenheiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 457.456.108-08 e portador do documento de identidade RG no. 34.981.789-6, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, constituem uma sociedade empresária limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade, que terá prazo indeterminado, girará sob a denominação de PBT CONSULTORIA ESCOLAR LTDA, tendo sua sede na Rua. Cardoso de Almeida, 788, conj. 81 – Perdizes.

Município e Comarca de São Paulo, que é o seu foro, podendo abrir e encerrar filiais e depósitos em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto da sociedade é a assessoria às escolas no processo de implantação da inclusão escolar e a capacitação de profissionais da área da educação para trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, com foco na Síndrome de Down, podendo participar, como sócia ou acionista, de outras sociedades.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), integralmente realizado em dinheiro neste ato, e dividido em 100.000 quotas, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00, as quais são subscritas pelos sócios do seguinte modo:

VALERIA DE CASSIA SILVA

70.000 quotas = R\$ 70.000,00

LEONARDO LEONARDI

30.000,00 quotas = R\$ 30.000,00

Parágrafo único - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade será administrada pelos sócios, dispensados de caução, cabendo a cada um deles, singularmente, a representação ativa e passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários à realização do objeto social, sendo-lhes vedado obrigar a sociedade em operações estranhas aos fins sociais. Os atos de aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente dependerão de prévia autorização dos quotistas (cf. Cláusula Oitava).

Parágrafo primeiro - E permitida à designação de administradores, não-sócios, mediante aprovação de sócios que representantes, no mínimo, dois terços do capital social.

Parágrafo segundo - A outorga de procuração, em nome da sociedade, poderá ser feita desde que: a) seja assinada por dois dos administradores; b) contenha prazo determinado de vigência, exceto se para fins judiciais; c) especifique os atos a serem praticados.

CLÁUSULA QUINTA - O sócio somente poderá ceder suas quotas a terceiro se os demais sócios, notificados por escrito com o prazo de 15 (quinze) dias para exercerem, em iguais condições, seu direito de preferência, não se manifestarem a respeito. Se todos os consócios desejarem adquirir as quotas, a cessão se fará então na proporção das quotas que possuem.

Parágrafo primeiro - A cessão de quotas sociais a quem já não depende da aprovação dos consócios.

CLÁUSULA SEXTA - Por justa causa, qualquer sócio poderá ser excluído da sociedade, pago de seus haveres, na forma constante do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo primeiro - A exclusão será deliberada em reunião de sócios, especialmente convocada, ciente o excluendo, com quinze dias de antecedência, da imputação que lhe é feita, podendo apresentar, por si ou por procurador, defesa por escrito ou oralmente, na própria reunião.

Parágrafo segundo - O quorum deliberativo é o da maioria do capital social, lavrando-se ata da reunião, e aplicando-se, quanto ao registro, o disposto na Cláusula Oitava, Parágrafo quarto.

CLÁUSULA SÉTIMA - O sócio poderá se retirar da sociedade, a qualquer tempo e sem declaração de motivo, desde que a notifique, assim como aos demais sócios, por escrito, desse seu propósito, com prazo de sessenta dias de antecedência, sendo seus haveres apurados e pagos na forma do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único - Nos trinta dias seguintes ao recebimento da notificação, os

demais sócios podem optar pela dissolução da sociedade, sendo o sócio retirante obrigado a se submeter a essa decisão dissolutória.

CLÁUSULA OITAVA - As deliberações, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação é de três quartos do capital Social em primeira convocação, e sem quorum em segunda convocação. O quorum de deliberação é o da maioria absoluta do capital social. Exige-se, contudo, o quorum de três quartos do capital social para os atos de: a) aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente da sociedade; b) modificação dos elementos estruturais do contrato de constituição da sociedade; c) incorporação, fusão, cisão, dissolução e cessação do estado de liquidação da sociedade. Os demais atos gestórios, se não exigido quorum mais elevado em lei ou neste contrato, serão deliberados por maioria de votos dos presentes à assembléia (voto por cabeça).

Parágrafo primeiro - Se houver empate nas deliberações sociais, prevalecerá o voto do maior sócio-quotista e, se ainda assim, persistir o empate, prevalecerá a decisão sufragada pelo maior número de sócios.

Parágrafo segundo - Haverá pelo menos uma reunião de sócios por ano, nos quatro primeiros meses do ano, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico (cf. Cláusula Décima e seu parágrafo), assim como para deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

Parágrafo terceiro - O sócio dissidente de deliberação que importou em alteração do contrato social, incorporação, fusão ou cisão da sociedade, poderá exercer o direito de recesso, desde que, nos trinta dias seguintes à reunião, notifique a sociedade dessa sua intenção, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo quarto - Serão válidos, para registro e demais efeitos legais, os instrumentos de alteração contratual subscritos por sócios que representem a maioria do capital social exigida para a votação da matéria.

CLAUSULA NONA - Os sócios farão jus a um pro labore mensal, cujo valor será, de comum acordo, por eles fixado, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao vencido.

CLÁUSULA DÉCIMA - O exercício social, em coincidência com o ano civil, terá início em 1^o de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando serão levantados o balanço e as respectivas demonstrações financeiras. Poderão ser levantados balanços intermediários, a requerimento de qualquer um dos sócios.

Parágrafo único - Em reunião de sócios (cf. Cláusula Oitava), e balanço será aprovado e decidido o destino dos lucros apurados, se ocorrentes. Se deliberada a distribuição, os lucros líquidos serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social. Se ocorrentes prejuízos, serão eles de igual modo

suportados pelos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade não se dissolverá em virtude de causas que não impeçam sua continuação, desde que os demais sócios queiram dar-lhe continuidade e uma vez pagos os haveres devidos a quem de direito. Se somente um sócio quiser dar continuidade à sociedade, terá ele o prazo de seis meses para recompor a pluralidade social, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo primeiro - No prazo de trinta (30) dias, a contar do evento que lhe deu causa, será levantado balanço de determinação, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento, e demandado à apuração dos haveres devidos a quem deles for credor, come, exemplificativamente, o sócio excluído (Cláusula Sexta), o sócio retirante voluntário (Cláusula Sétima), o sócio em recesso (Cláusula Oitava, parágrafo primeiro), os herdeiros do sócio premorto, ou o cônjuge separado/divorciado ou o ex-convivente de união estável de sócio, etc., os quais serão pagos em oito (oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 12% ao ano e de correção monetária, se não vedada em lei, adotado o índice que as partes de comum acordo escolher, incidindo ambos a partir da data do evento e até o efetivo pagamento de cada parcela.

Parágrafo segundo - O ingresso na sociedade dos herdeiros do SOCIO premorto, ou o do cônjuge separado/divorciado ou do ex-convivente de sócio, por eles pleiteado em substituição ao recebimento dos respectivos haveres sociais, depende exclusivamente da aprovação dos demais sócios, que deliberarão por maioria de capital, sem inclusão, na formação do quorum, das quotas do sócio pré-morto ou separado d ivorciadol isco nvivente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A sociedade poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outra ou outras sociedades, extinguindo-se se a versão for total; ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo único - Os sócios renunciaram expressamente ao exercício do direito de recesso da sociedade, em virtude desta transformar-se em outro tipo social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei, ou por deliberação dos sócios, salvo se, não havendo óbice legal, um ou mais sócios optarem por dar-lhe continuidade, quando então serão apurados e pagos os haveres dos demais sócios, na forma do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único - Se deliberada à dissolução, na mesma reunião de sócios será escolhido, entre os administradores, o liquidante e arbitrado seus honorários, assim como fixado prazo para o encerramento da liquidação. Caso não aceite a nomeação, poderá ser indicado sócio não-administrador ou terceiro estranho à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade será regida por este contrato e pelo artigo 1.052 e seguintes, do Código Civil, e subsidiariamente, em ocorrendo omissões, pela Lei de Sociedades Por Ações, no que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios, subscritores das quotas do capital social, declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos de exercer o comércio, nem a administração de sociedade empresária, em virtude de condenação criminal. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em quatro (quatro) vias, de igual teor e para um só efeito de direito, na presença das duas testemunhas infra-assinadas e qualificadas.

SÃO PAULO, 20 DE NOVEMBRO DE 2007.

Valeria de Cássia Silva

Leonardo Leonardi

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

ASSESSORIA JURÍDICA

Bernardo Pasquim Santana
OAB/SP no 654321-E

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Assessoria

Pelo presente instrumento, **XXXXXXXX** (nome e qualificação de quem está contratando), doravante denominada **CONTRATANTE, e Valery's Assessoria Escolar** Ltda., estabelecida à Rua Cardoso de Almeida, 788, conj.81. São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o no. XX. xXX.xXXI0001-XX), doravante denominado **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO QUE:

- i. A Contratada está disposta a prestar os serviços a seguir enumerados e definidos à Contratante, e que esta está disposta a remunerar tais serviços de acordo com as condições também a seguir estipuladas,

As Partes resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria ("CONTRATO"), conforme os termos e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A CONTRATADA concorda em realizar serviços de consultoria e assessoramento em estrita observância do estabelecido no Conteúdo Programático do Curso In Company de Educação Especial, que constituem o "Apêndice I" desse CONTRATO.

CLÁUSULA 11 - DO PRAZO

Os serviços a que se refere à cláusula antecedente serão concluídos e postos à disposição da CONTRATANTE no prazo de 12 meses, contados da assinatura deste CONTRATO, podendo estender-se mediante aditivo contratual.

CLÁUSULA 111 - DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATANTE pagará por tais serviços o valor bruto global de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) contra a apresentação e a aceitação do relatório final, conforme estabelecido no "Apêndice I".

§1 O pagamento dos serviços será feito em dois (duas) parcelas a serem pagas, a primeira no ato da assinatura do presente CONTRATO e a última tão logo seja emitida a carta de aceitação pela CONTRATANTE.

§2 As despesas de transporte e material necessárias ao desenvolvimento das atividades e produtos especificados no Conteúdo Programático serão custeadas pelo CONTRATANTE.

§ 3 Os pagamentos serão efetuados na conta bancária em nome de

VALERY'S CONSULTORIA ESCOLAR LTDA., Banco Nacional da BOSTON, agência 287, conta corrente No. 154395-67, na Praça de São Paulo - SP.

§ 4 Quando do pagamento de cada parcela à CONTRATADA, o comprovante do depósito valerá para todos os fins como comprovante de pagamento da parcela em questão.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se compromete a utilizar qualquer informação *e/ou* documentos obtidos da CONTRATANTE, ou proporcionados por ela para fins do presente CONTRATO, exclusivamente para as atividades aqui estipuladas.

§ 1 Este CONTRATO não poderá ser cedido, no todo ou em parte, ressalvada a concordância expressa, escrita, de ambas as partes.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se compromete a colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações e recursos necessários à realização dos serviços aqui estipulados.

§ 1 Serão de responsabilidade da CONTRATANTE o custeio das despesas de transporte, hospedagem, material, comunicação e reprodução realizadas pela CONTRATADA na execução dos serviços estipulados neste CONTRATO, mediante solicitação prévia por escrito.

CLÁUSULA VIU - DA LIBERAÇÃO DOS PAGAMENTOS

Todos os pagamentos previstos neste instrumento serão liberados e realizados após aprovação formal pela CONTRATANTE, no que diz respeito à qualidade do trabalho

Apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VII - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente CONTRATO deverá ser objeto de alteração por escrito com anuência de ambas as partes.

CLÁUSULA VIII - DO FORO

Fica eleito o foro central da Cidade de São Paulo, SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir todas e quaisquer

dúvidas ou questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em dois (duas) vias de igual forma e teor, para um só efeito.

Valery's Consultoria Escolar LTDA

XXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

9.3. ORÇAMENTOS

Recursos Físicos

O escritório de assessoria funcionará na Rua. Cardoso de Almeida, 788 – 8º andar, conj. 81, Perdizes – São Paulo.

O prédio possui estacionamento no local, ampla recepção, uma sala de reunião, dois banheiros (sendo um masculino e outro feminino), copa, sala da coordenação.

Recursos materiais

<i>(5) Cesto de lixo</i>	R\$ 75,00
<i>(1) Lousa</i>	R\$ 150,00
<i>(1) Quadro de avisos</i>	R\$ 100,00
<i>(1) Tela de projeção</i>	R\$ 300,00
<i>(1) Projetor</i>	R\$ 1.990,00
<i>(3) Computador</i>	R\$ 2.500,00
<i>(1) DVD</i>	R\$ 300,00
<i>(1) Telefone/Fax</i>	R\$ 100,00
<i>(1) Impressora/Copiadora</i>	R\$ 590,00
<i>(3) Sofá três lugares</i>	R\$ 1.500,00
<i>(1) Bebedouro</i>	R\$ 300,00
<i>(1) Cafeteira</i>	R\$ 470,00
<i>(1) Microondas</i>	R\$ 300,00
<i>(1) Frigobar</i>	R\$ 700,00
<i>(4) Persiana</i>	R\$ 360,00
<i>(2) Ar-condicionado</i>	R\$ 1.790,00
<i>(1) Revisteiro</i>	R\$ 150,00
<i>(2) Mesa</i>	R\$ 250,00
<i>(3) Cadeira com apoio</i>	R\$ 850,00
<i>(1) Mesa de reunião</i>	R\$ 980,00
<i>(20) Cadeiras</i>	R\$ 2.140,00
<i>(2) Televisão</i>	R\$ 800,00
<i>(3) Armário</i>	R\$ 650,00
<i>(1) Revisteiro</i>	R\$ 50,00
TOTAL	R\$ 17.395,00

Recursos Humanos

<i>(2) Educadores</i>	R\$ 3.800,00
<i>(1) Secretária</i>	R\$ 600,00
<i>(1) Auxiliar de limpeza</i>	R\$ 400,00
TOTAL	R\$ 4.800,00

Gastos fixos mensais

<i>Material de escritório</i>	R\$ 350,00
<i>Galões de água</i>	R\$ 30,00
<i>Material de limpeza</i>	R\$ 50,00
<i>Divulgação</i>	R\$ 300,00
<i>Aluguel</i>	R\$ 950,00
<i>IPU</i>	R\$ 35,00
<i>Água</i>	R\$ 36,00
<i>Luz</i>	R\$ 70,00
<i>Telefone/Internet</i>	R\$ 300,00
TOTAL	R\$ 2.121,00

TOTAL DOS ORÇAMENTOS	R\$ 24.316,00
-----------------------------	----------------------

Investimento inicial: 30.000,00

Despesa: 6.921,00

Reserva de caixa: 1.000,00

Receita: 8.750,00

Mensalidade do curso: 250,00

Total de participantes:

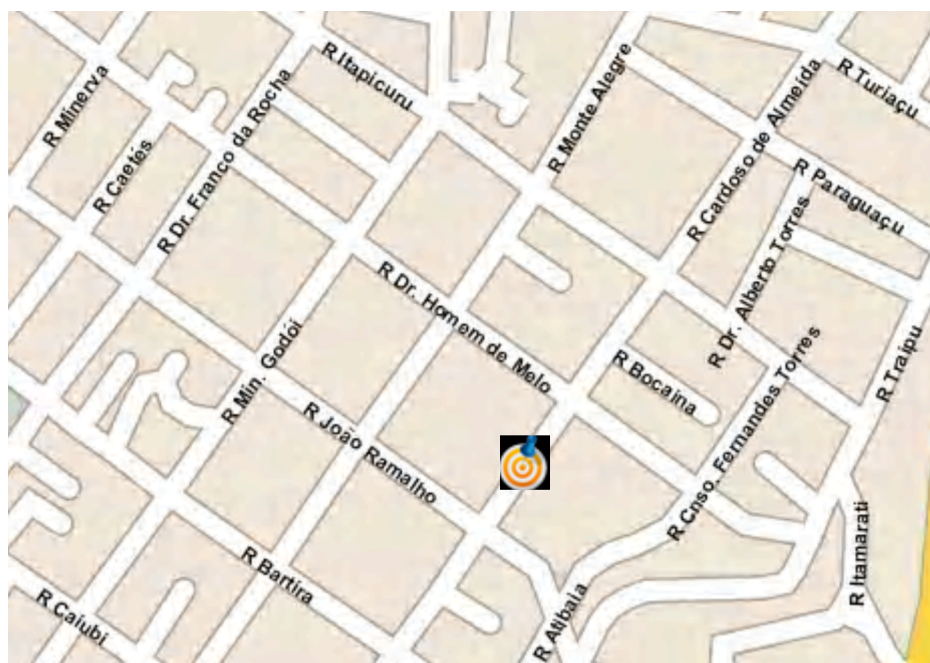
Turma 1 = 3.750,00 (15 pessoas)

Turma 2 = 5.000,00 (20 pessoas)

9.4. LOCALIZAÇÃO

O local escolhido para instalar a assessoria foi analisado partindo de alguns princípios que possibilitaram atender às principais necessidades e comodidade da clientela. Facilidade de estacionamento no próprio prédio, proximidades de varias escolas e faculdade (PUC), amplo espaço interno, fluxo tranqüilo de trafego de veículos, pontos de ônibus próximo ao prédio, facilidade de localização da rua, zoneamento urbano adequado.

Desta forma, optou-se pela implementação da Valery's Assessoria Escolar LTDA, na Rua Cardoso de Almeida, 788, 8º andar, conj. 81, no bairro de Perdizes. Como indica o mapa a seguir:



9.5. CARACTERIZAÇÃO DA ASSESSORIA

Objetivo:

Fazer com que os profissionais da área educacional possam encontrar na assessoria um espaço para trocar idéias, estudar, discutir, aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir acerca da sua prática.

Público-alvo:

- Instituições de Ensino;
- Profissionais da Educação;
- Estudantes de cursos ligados à educação,
- E demais profissionais interessados na área.

Justificativa:

Com o dinamismo do cotidiano das instituições educacionais, o profissional de educação tem sua atenção demasiadamente voltada às rotinas, muitas vezes sem encontrar tempo ou tranqüilidade para refletir sobre processos, métodos ou mesmo em modificações que possam apresentar melhores e mais satisfatórios resultados.

Considerando a realidade de crianças portadoras de necessidades especiais, o curso visa a preparar o profissional da área de educação para atuar na perspectiva de uma educação inclusiva, visando à produção e a difusão de novos conhecimentos.

O curso aborda aspectos éticos, políticos e educacionais da inclusão da pessoa com necessidades especiais. Propõe estudo e aprofundamento de diversos temas como a política educacional no Brasil e as tendências atuais, metodológicas e técnicas, bem como as novas experiências na área, a relação entre escola e comunidade no processo de integração.

Serviços:

- Coordenação de Grupos de Estudo;
- Elaboração e/ou implantação de projetos educacionais;
- Cursos externos;
- Cursos na sede.

Especificações:**• *Coordenação:***

Profa. Valéria de Cássia Silva

• *Corpo docente:*

Profa. Maria Aparecida Lacerda

Profa. Carina de Souza

• *Número de participantes:*

Máximo de 20 participantes por turma.

• *Carga horária:*

480 horas, distribuídas em quatro módulos.

• *Horário:*

Segundas e quartas-feiras, das 19:00 às 22:30

Terças e quintas-feiras, das 09:00 às 11:30

• *Localização:*

Rua Cardoso de Almeida, 788 – 4º andar, conj. 81 – Perdizes/SP – CEP. 05013-001.

• *Valores:*

Valor total do curso: 3.000,00

Parcelado em 12x parcelas de 250,00 reais

Matrícula: 200,00 reais

Para que a matrícula seja efetivada, é importante ter em mãos os documentos RG e CPF.

9.6. CURSO DE CAPACITAÇÃO

Módulos

I – O educador e a inclusão escolar

- Sistema escolar e educação inclusiva
- Relatos e expectativas

II- Didática de intervenção pedagógica

- Projetos inclusivos
- Atividades práticas de intervenção

III- Historia e políticas da educação especial

- Direitos humanos
- Aspectos jurídicos

IV- Relação escola e comunidade

- Parcerias
- Preconceito
- Palestras com profissionais convidados

Estratégias

Curso teórico, visando o desenvolvimento e a compreensão sobre a educação inclusiva, e seus fundamentos para a construção de novos valores e o respeito ao próximo.

Avaliação

Freqüência e participação nos encontros, desenvolvimento e auto-avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho me proporcionou um grande enriquecimento pessoal, pois foi através da pesquisa realizada que pude compreender um pouco de uma realidade muito distante da minha, onde os empecilhos são inúmeros, mas a vontade de viver e de aprender superam as dificuldades físicas e intelectuais. Como também tive as primeiras lições para me tornar uma professora pesquisadora.

Este trabalho torna-se importante para os professores que enfrentam essa situação, bem como a possibilidade de desencadear novas estratégias e reflexões pertinentes ao tema.

Ao realizar estágio em sala especial e aplicar os questionários pude verificar a grande contradição que existe entre o discurso e a prática dos professores. Falar sobre inclusão na teoria é completamente diferente da realidade. Ter um aluno com alguma deficiência em uma sala com mais 40 alunos, e conseguir alcançar o mesmo nível de aprendizagem é muito complicado. Esta relação está permeada de preconceitos pela falta de certeza das capacidades que o aluno possui para desenvolver suas habilidades e competências.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para a manutenção e desenvolvimento da democracia. A sociedade deve estar orientada para acolher a diversidade humana, bem como a aceitação das diferenças individuais. Ao longo do processo de elaboração deste projeto foi possível identificar a necessidade de uma nova estruturação no sistema de ensino, que aos poucos tende a se adequar a essa realidade, onde os resultados deverão ser almejados pelo esforço de todos, e acima de tudo a conquista do respeito e da valorização de cada um diante a sua singularidade e de suas características próprias.

BIBLIOGRAFIA

ADAMUZ, Regina Célia. *O aluno portador de deficiência mental: Avaliação e reinserção no ensino regular*. Londrina: Editora UEL, 2000.

ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paula. *Fazendo Educação Continuada I*. Organizadoras: Helena Machado de Paula Albuquerque, Maria Anita Viviani Martins. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paula. Incluir sem Excluir. IN: *Questões de educação escolar: historia políticas e práticas*. Organizadora: Maria Elizabete S.P. Xavier. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, Secretaria de Educação especial, 1994.

BUENO, José Geraldo Silvério. *Educação Especial Brasileira. Integração Segregação do aluno diferente*. São Paulo: Editora EDUC, 2ª ed., 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

DOWBOR, Ladislau. *Tecnologia do Conhecimento. Os desafios da educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e terra, 11ª ed., 1999.

GÓES, Maria Cecília Rafael. *Políticas e práticas de educação inclusiva* / Organizadoras: Maria Cecília Rafael de Góes; Adriana Lia Frizman de Laplane. Campinas: Autores Associados, 2ª ed., 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente* / coordenadora: Giselda Barroso G. A. Sauveur, Tradução de Marco Aurélio Nogueira (cap. 1, 2, 4,8), Alberto Aggio (cap. 7, 9,10), Equipe Rap (cap. 3, 5,6). São Paulo: Editora FUNDAP, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola”. IN: *Organização e gestão da escola. Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Alternativa, 5ª ed., 2004.

LUCK, Heloisa. *Gestão educacional. Estratégia para a ação global e coletiva no ensino*. IN: *Educação: Caminhos e Perspectivas*. Curitiba: Editora Champagnat, 1997.

PADILHA, Anna Maria Lunard. *O que fazer para não excluir*. IN: *Políticas e praticas de Educação Inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2007.

PARO Vitor Henrique. *Administração Escolar. Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 1996.

PICCHI, Magali Bussad. *Parceiros da Inclusão Escolar*. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2002.

RAIÇA, Darcy. *Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental* / (org.) Darcy Raiça, Cláudia Prioste, Maria Gomes Machado. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.

RIBAS, João. *Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo*. São Paulo: Cortez, 2007.

STAINBACK, S, Susan. *Inclusão - Um guia para Educadores* / Susan Stainback e Willian Stainback; Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul. 1999.

SITES CONSULTADOS:

www.ibege.com.br – consultado em abril de 2007

www.sp.sebrae.com.br – consultado em maio de 2007

<http://portal.mec.gov.br/seesp> - consultado em junho de 2007

www.revistanovaescola.com.br – consultado em setembro de 2007

<http://www.adital.com.br> – consultado em outubro de 2007

ANEXOS